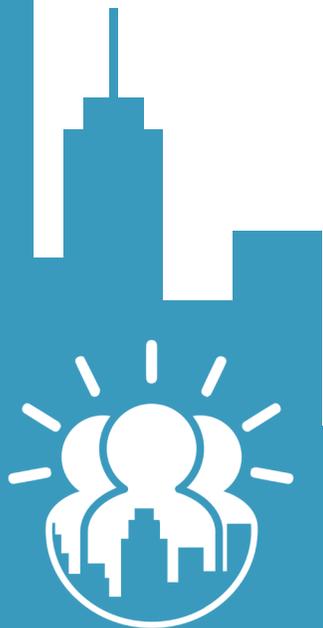


Guia para a adoção de uma política de acessibilidade para contratação de TIC



Smart Cities for All

Cidades Inteligentes para Todos

Agradecimentos

O desenvolvimento desta ferramenta não teria sido possível sem a participação de especialistas que promovem e implementam ativamente a acessibilidade das TIC no mundo todo. Reconhecemos e agradecemos os revisores listados a seguir por sua valiosa contribuição:

Gunela Astbrink, Diretor, GSA InfoComm

Nicole Bohn, diretora, Secretaria Municipal de Deficiências de São Francisco

David M. Capozzi, Diretor executivo, U.S. Access Board

Arfaraz Khambatta, Diretor adjunto, Secretaria Municipal de Deficiências de São Francisco

Laura Ruby, Diretora de Políticas e Normas Globais de Acessibilidade, Microsoft Corporation

Hajime Yamada, Presidente do Conselho, Fórum de Políticas de Comunicação da Informação do Japão

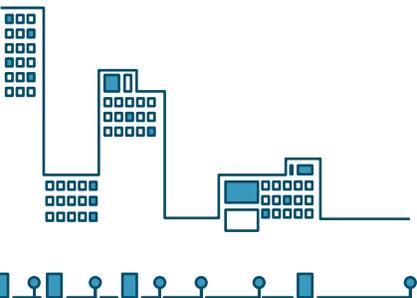
Renata Zanetti

1

Sumário Executivo

Cidades Inteligentes do mundo inteiro possuem o privilégio de utilizar o seu considerável poder de compra, inclusive de tecnologias da informação e comunicação (TIC), para promover os direitos e a inclusão digital de pessoas com deficiências e idosos. Processos de contratos públicos são cada vez mais reconhecidos como uma ferramenta política altamente eficaz para promover a acessibilidade de equipamentos (TIC), software, aplicativos e serviços adquiridos por governos ou programas financiados pelo governo. O interesse global no efeito positivo dos contratos públicos é em grande parte resultado de duas atividades de políticas públicas de acessibilidade bem conhecidas; a Seção 508 do Rehabilitation Act nos Estados Unidos (que rege a aquisição, desenvolvimento, manutenção e uso de tecnologias eletrônicas e de informação acessíveis pelo governo federal) e a ETSI EN 301 549 (a norma europeia de acessibilidade que inclui critérios de acessibilidade para os contratos públicos de produtos e serviços de TIC na Europa). Especialistas do mundo todo concordam que exigir acessibilidade em todos os contratos públicos de TIC é necessário para criar Smart Cities acessíveis. Programas Smart Cities podem usar como modelo políticas e melhores práticas existente para desenvolver políticas eficazes para seus próprios contratos de serviços e produtos de TIC acessíveis.

O Smart Cities Council define uma Smart City como uma cidade que “usa a tecnologia da informação e das comunicações (TIC) para melhorar sua qualidade de vida, empregabilidade e sustentabilidade”.



Objetivos



O objetivo deste guia é ajudar cidades a adotar uma política que requer que qualquer compra de TIC seja acessível para pessoas com deficiência e idosos. A adoção de políticas de acessibilidade das TIC também permitirá que a indústria e fornecedores das cidades se beneficiem das diretrizes referentes a essa área fornecidas pelas cidades. Este guia tem como objetivo servir de apoio para pessoas com diversas funções relacionadas à aquisição de tecnologias por cidades. Também é de interesse para fornecedores de tecnologia para Smart Cities, especialistas em acessibilidade, gestores de programas Smart City, formuladores de políticas, desenvolvedores que criam aplicativos Smart City e soluções, pesquisadores de Smart Cities, além de organizações e ativistas que trabalham para tornar as Smart Cities mais inclusivas. Este documento foi concebido para complementar o documento Cidades Inteligentes para Todos: Guia para a Implementação de Normas Prioritárias de Acessibilidade para TIC, que introduz uma lista das principais normas que definem os critérios de acessibilidade das TIC. Cada documento pode ser usado separadamente ou em conjunto para melhor compreensão de como normas e políticas podem ser implementadas para melhorar a acessibilidade das TIC nas cidades.

De acordo com estimativas das Nações Unidas, 15% da população mundial, ou cerca de 1 bilhão de indivíduos, vivem com uma ou mais condições incapacitantes. Além disso, mais de 46 por cento dos idosos – pessoas com 60 anos ou mais — têm alguma deficiência e mais de 250 milhões de idosos tem alguma deficiência moderada a grave.

Visão geral do projeto Smart Cities for All



Em junho de 2016, a G3ict e a World Enabled lançaram uma iniciativa internacional para definir o estado atual da acessibilidade das TIC em Smart Cities do mundo todo e da inclusão digital de pessoas com deficiência e idosos. A iniciativa incluiu uma pesquisa com mais de 250 especialistas internacionais de governos municipais, indústrias, sociedade civil e universidades, uma série de mesas-redondas em cidades inteligentes globais (Quito, Barcelona, Londres, São Francisco e Nova York) e entrevistas com os gestores e tecnólogos de programas Smart Cities. Essa iniciativa confirmou que a maioria das Smart Cities de hoje não é totalmente acessível e o resultado disso é uma exclusão digital cada vez maior de pessoas com deficiência e idosos.

60% dos especialistas globais pesquisados pelo projeto Smart Cities for All em 2016 acreditam que as Smart Cities de hoje falham com as pessoas com deficiências. O resultado é um impacto negativo em diversas áreas, incluindo a vida independente, transporte, governo eletrônico, emprego, participação cívica, segurança e justiça, resposta de emergência, voto e eleições e serviços financeiros. Atualmente, especialistas globais não veem uma ligação clara entre as normas de acessibilidade para TIC e os programas Smart Cities ao redor do mundo. Apenas 18% dos especialistas globais pesquisados têm conhecimento de Smart Cities que usam padrões de acessibilidade para TIC. Peritos do mundo todo foram claros na crença de que para criar Smart Cities verdadeiramente acessíveis, a acessibilidade deve ser um critério exigido em todos os contratos públicos de TIC.

O que é tecnologia acessível?



A acessibilidade é definida de maneira geral pela ISO TC 159 como: “a extensão a que instalações, produtos, sistemas, serviços e ambientes podem ser utilizados por membros de uma população com a mais ampla gama de características e capacidades para atingir um objetivo específico em um contexto de uso específico.”

Tratando-se de TIC, mais especificamente, a acessibilidade é geralmente vista como sendo a qualidade de uma tecnologia mainstream como um computador, celular, unidade de auto-atendimento, ou software, que será usado pelos mais variados usuários, independentemente de suas capacidades ou deficiências.

A acessibilidade torna mais fácil para qualquer pessoa ver, ouvir e usar um dispositivo e personalizar seu ambiente digital de acordo com suas próprias preferências, necessidades e habilidades. Para muitas pessoas, a acessibilidade é o que torna possível o acesso aos programas Smart City e serviços digitais.

O que é um contrato público de aquisição?



Contratos públicos geralmente tratam da compra de bens e serviços de fornecedores do setor privado através de um processo de licitação transparente e competitivo. Políticas de contratação pública definem as expectativas, critérios e limites para como bens, serviços e desenvolvimentos de infraestruturas serão adquiridos.

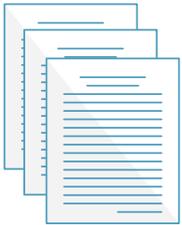
Contratos Públicos

“...se referem ao processo pelo qual as autoridades públicas, tais como departamentos governamentais ou autoridades locais, adquirem trabalhos, bens ou serviços de empresas” (a Comissão Europeia)

“... é o processo de adjudicação de contratos para a aquisição de bens e serviços pelos poderes públicos” (CENELEC)

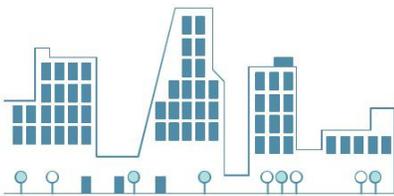
“... refere-se a compra por governos e empresas públicas de bens, serviços e obras” (OCDE)

Quais são as políticas de acessibilidade para a contratação pública de TIC?



Processos de contratos públicos ganharam maior atenção como uma ferramenta política eficaz para promover a acessibilidade de equipamentos, software, aplicativos e serviços de TIC adquiridos por governos ou programas financiados pelo governo. É prática comum hoje que governos promovam a segurança e privacidade de TIC incluindo-os como parte dos requisitos de seus contratos. A acessibilidade das TIC pode ser acrescentada de maneira similar. O interesse global no efeito positivo dos contratos públicos deve-se em grande parte aos resultados de duas conhecidas atividades de políticas públicas de acessibilidade; a Seção 508 do Rehabilitation Act nos Estados Unidos (que regula a aquisição, desenvolvimento, manutenção e uso de tecnologias da informação e comunicação acessíveis pelo governo federal) e a ETSI EN 301 549 (a norma europeia de acessibilidade desenvolvida para oferecer suporte às regras da Comissão Europeia que acrescentam critérios de acessibilidade para a contratação pública de produtos e serviços de TIC na Europa).

Por que as cidades estão em uma posição única para se tornarem líderes na inclusão digital por meio de suas políticas de aquisição?



A população mundial concentra-se cada vez mais nas cidades. A proporção de pessoas com deficiência e idosos vivendo em cidades está aumentando rapidamente. Até 2050, 70% da população mundial viverá nas cidades, desse total pelo menos 15% serão pessoas com deficiência. Cidades secundárias e terciárias, localizadas no hemisfério sul lideram o crescimento urbano e 80% das pessoas com deficiência vivem nesses países em desenvolvimento. Tendências de urbanização e envelhecimento estão também diretamente ligadas. Globalmente, entre 2000 e 2015, o número de pessoas com 60 anos ou mais aumentou em 68 por cento nas áreas urbanas, em comparação com um aumento de apenas 25 por cento nas zonas rurais. Essas tendências demográficas fazem das cidades o centro dos direitos globais das pessoas com deficiência. Na verdade, mais de 84% de todas as cidades globais estão em países que já fazem parte da Convenção das Nações Unidas sobre os direitos das pessoas com deficiência (CDPD). Cada uma das 100 Cidades Resistentes da Rockefeller Foundation está em países que ratificaram e/ou assinaram a CDPD da ONU.

Cidades também são líderes da tecnologia global. Em 2015, 89% dos 4 bilhões de residentes urbanos do mundo tinham cobertura de banda larga móvel 3G, enquanto o número era de apenas 29% para a população rural mundial de 3,4 bilhões de pessoas. As cidades são o motor econômico do mundo, gerando 80% por cento do PIB mundial. Sozinhas 20 cidades grandes hospedam um terço das grandes empresas globais e geram 16% do PIB mundial. As empresas agrupadas nestes centros de negócio geram mais de 40 por cento da receita combinada de todas as grandes empresas do mundo todo.

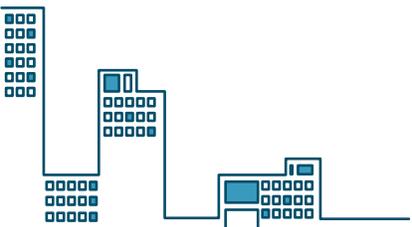
As tendências demográficas mundiais e sua liderança global em métricas relacionadas aos direitos humanos, tecnologia e produção econômica proporcionam às cidades a oportunidade de alavancar sua posição como importantes centros para os direitos globais das pessoas com deficiências. As cidades podem utilizar as ferramentas e checklists deste guia para aumentar a inclusão digital por meio de políticas de aquisição de TIC.

2

O modelo de Políticas Públicas para Aquisições

Programas Smart Cities do mundo todo podem se beneficiar de uma política modelo de aquisições já existente desenvolvida por organizações líderes e especialistas globais. O Relatório de Políticas Modelo de Acessibilidade para TIC da ITU e da G3ict é um guia prático para responsáveis por políticas em todos os níveis de governo. O Módulo 6, especificamente, estabelece uma estrutura de política de contratos públicos de acessibilidade para TIC. A política modelo foi projetada para níveis administrativos nacionais entre outros e é altamente relevante para autoridades municipais e locais. As cidades podem adotar e integrar o texto da política ao desenvolvimento de uma política local de aquisições de acessibilidade de TIC.

No entanto, para as cidades que utilizam a política de aquisições modelo, seria importante reconhecer que, em alguns aspectos importantes, a natureza do seu processo de aquisição de TIC pode ser diferente da adotada pelos governos nacionais. Por exemplo, tratando-se de municípios, as compras de tecnologias e TIC muitas vezes não são executadas como atividades com contratos separados. Portanto, quando uma cidade compra uma infraestrutura que inclui um componente de tecnologia, isso pode muitas vezes estar incluído no pacote da licitação ou da abordagem de mercado. Essas são muitas vezes aquisições complexas, nas quais as TIC são apenas uma parte menor de um contrato muito maior de vários anos e bilhões de dólares; muitas vezes parte de estruturas de compra complexas nas quais o provedor de TIC é um subcontratante para o respondente, e o governo municipal na verdade pode delegar a responsabilidade da seleção da solução.



Qual é a política-modelo?



Ela está alinhada com as melhores práticas globais e fornece dois níveis de orientação:

- Orientações políticas de alto nível para reguladores e formuladores de políticas sobre o desenvolvimento de políticas de aquisição a nível nacional, regional ou organizacional que incorporem a acessibilidade de forma significativa, mensurável e prática.
- Conselhos práticos para os responsáveis pelas aquisições e gestores de projetos sobre como começar a incorporar imediatamente a acessibilidade em suas aquisições.

Ela explica a necessidade das agências de contratos públicos em todos os níveis tornarem a acessibilidade um requisito

- promover o emprego de pessoas com deficiência e;
- criar um mercado para produtos e serviços de TIC acessíveis.

Fornecer um exemplo de linguagem para uma política que deve ser considerado nas principais fases do processo de licitação (incluindo a divulgação, avaliação, seleção e revisão).

Faz referência a um modelo de acessibilidade do produto e a um conjunto de declarações de desempenho funciona, que pode ser utilizado para avaliar diversas características de acessibilidade das TIC (com base nos padrões de acessibilidade existentes da Secção 508 dos Estados Unidos ou da ETSI EN 301 549 Europeia).

Ela pode ser usada para:

- Acrescentar acessibilidade às políticas de compras existentes
- Desenvolver políticas de compras de TIC autônomas em diferentes níveis de governo, incluindo municipal e regional, complementando políticas existentes
- Desenvolver ou atualizar uma política de aquisição de acessibilidade de TIC a nível organizacional.

As principais partes da política-modelo incluem

- Definições de princípios, conceitos e termos fundamentais (p.95 - 96)
- Objetivo e panorama dos benefícios de uma política de contratos públicos para a acessibilidade de TIC (P.96- 98)
- Objetivos e princípios (p.98 - 99)
- Funções e responsabilidades (p.100)
- Formação, desenvolvimento de capacidades e sensibilização (p.101 - 102)
- Descrição dos principais objetivos da política (p.101)
- Justificativa para a acessibilidade em estudos preparatórios (p 102-103).
- Etapas críticas e atividades do processo de aquisição - solicitando informações (P.103)
- Utilização de normas existentes para criar os requisitos de acessibilidade (p.104)
- Âmbito da política de aquisição de TIC (pág 104 - 105)
- Avaliação das capacidades dos fornecedores para atender as normas de acessibilidade (p.105-106)
- Recomendações para cláusulas contratuais e gestão de contratos (página 107)
- **Monitoramento, isenções e revisão da política.**

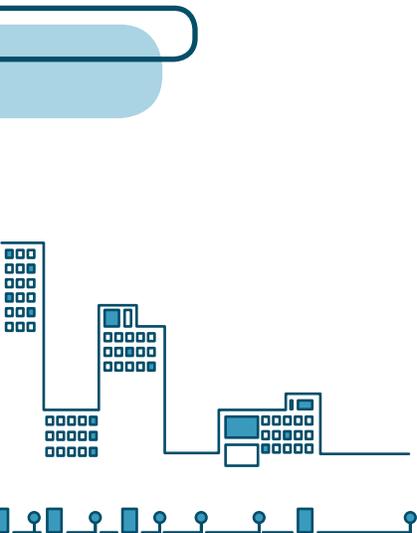
3

Sete Passos para Adotar Uma Política de Acessibilidade de TIC para Aquisições Públicas

Smart Cities comprometidas com a inclusão digital de pessoas com deficiência e idosos pode seguir os sete passos a seguir para adotar uma política de acessibilidade TIC para aquisições.

Espera-se que, em qualquer cidade, as pessoas variadas desempenhem um papel relacionado à aquisição de tecnologias. Portanto, as sete passos a seguir podem ser seguidos por pessoas em diferentes funções, incluindo diretor de compras, gerente de TI, CIO ou comissário de deficiência:

- Passo 1:** Organizar e sensibilizar os líderes
- Passo 2:** Revisar as políticas de TIC e aquisições existentes
- Passo 3:** Adotar um padrão internacional de acessibilidade de TIC e implementá-lo a nível local
- Passo 4:** Criar consciência pública e apoio para a adoção de uma política de acessibilidade para a aquisição de TIC
- Passo 5:** Adotar a política modelo para integrar, na cidade, diretrizes de aquisição
- Passo 6:** Possibilitar a implementação em órgãos municipais
- Passo 7:** Rever e monitorizar a implementação da nova política de aquisições



Passo 1: Organizar e sensibilizar os líderes



- Crie uma pequena equipe de líderes e pessoas influentes da cidade para socializar a necessidade e os benefícios da adoção de uma política de acessibilidade de TIC para de aquisições (por exemplo, Diretor de TI, Comissário de Deficiência, principal funcionário responsável por compras, etc.)
 - Inclua a indústria e pessoas com deficiência no processo de consulta e na equipe de liderança.
 - Certifique-se de consultar esses funcionários de compras que na prática elaboram as licitações, realizam análises de conformidade e avaliações da acessibilidade de produtos, etc. Esses funcionários serão fundamentais para o êxito da elaboração e implementação da política de aquisição.
- Promova o entendimento compartilhado e uma linguagem comum entre pequenas equipes de líderes municipais através da organização de treinamentos e seminários sobre políticas de aquisição para a acessibilidade de TIC, incluindo informações para lidar com a exclusão digital.
 - Use treinamento contínuo e discussões com organizações e indústrias do setor para explorar algumas das opções-chaves para a acessibilidade de TIC que estão disponíveis no mercado. Inclua provedores de mercado.
- Explore diversas opções para a adoção de políticas de aquisições e planeje as etapas seguintes.

Passo 2: Revisar as políticas de TIC e aquisições existentes



- Verifique se as regras de aquisições existentes da sua cidade fazem referência à acessibilidade ou inclusão e se as definições-chave são consistentes com as melhores práticas.
 - Consulte as definições referenciadas na Política Modelo (Seção 1).
 - Determine se as regras e regulamentos de compras da sua cidade têm um ciclo de revisão regular, isso pode ser uma oportunidade para inserir a acessibilidade e alinhá-la à política modelo como melhor prática.
- Identificar quaisquer políticas ou compromissos nacionais existentes que já exijam políticas de aquisições inclusivas.
 - Mais de 170 países no mundo todo ratificaram a UNCRPD, que promove políticas de acessibilidade de TIC para aquisições. Para ver se o seu país participa desse tratado, acesse <http://bit.ly/2kEM1C7>

- Políticas nacionais adicionais de acessibilidade de TIC podem incluir, por exemplo, políticas de educação inclusiva, políticas que exijam acessibilidade no setor de telecomunicações, políticas que exijam websites acessíveis, políticas que exijam a acessibilidade no setor de serviços financeiros, etc.
- O órgão nacional responsável por tecnologias e/ou deficiências pode fornecer as políticas nacionais existentes relacionadas a deficiências, que podem ser usadas para defender a implementação de uma política de acessibilidade de TIC para aquisições. Dependendo do país, essas organizações podem estar nos setores do governo ou da sociedade civil.

Verifique se as políticas de compras do seu governo fazem referência à políticas de acessibilidade.

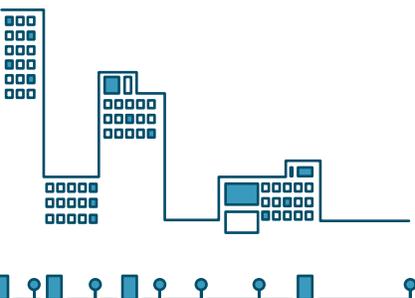
- Em 2014, a União Européia revisou suas Diretivas de Políticas (2014/24 / UE) e incluiu requisitos mais rigorosos para a acessibilidade nas aquisições de todos os organismos públicos na Europa.
- A seção 508 do Rehabilitation Act requer a acessibilidade como parte das compras de produtos e de serviços de ICT do governo federal. O Access Board dos Estados Unidos lançou uma norma final para atualizar esses requisitos.
- A UE e outros 18 países têm ligações com leis e políticas nacionais referentes a contratos públicos através da <https://e-gpa.wto.org/en/Acordo/Últimas>

Verifique se a organização de normalização do seu país adotou uma norma de acessibilidade de TIC como a ETSI EN 301 549, a Seção 508 ou a WCAG 2.0.

- Tanto a G3ict e quanto a ETSI podem ser úteis na criação de um roteiro para a adoção da norma ETSI EN 301 549.
- Para encontrar a organização de normalização de seu país, acesse http://www.iso.org/iso/home/about/iso_members.htm

Verifique com outras cidades próximas para ver se políticas de aquisições para a acessibilidade de TICs foram adotadas.

- A maioria das 100 cidades resilientes Rockefeller estão em países que ratificaram a CDPD e incluirão Smart Cities que podem adotar políticas de acessibilidade para a aquisição de TIC.



Passo 3:

Adotar um padrão internacional de acessibilidade de TIC e implementá-lo a nível local



- Revise o Smart Cities for All: Guia para Implementação de Normas Prioritárias de Acessibilidade de TIC, que lista as três principais normas de acessibilidade de TIC
- Escolha um padrão internacional para referenciar diretamente.
 - A Política Modelo aborda várias razões pelas quais uma norma de acessibilidade devem ser referenciada em uma política de aquisições. A Política de Modelo aponta para as seguintes normas, que são as mesmas três normas prioritárias da ferramenta Smart Cities for All: Guia para a Implementação de Normas Prioritárias de Acessibilidade de TIC:
 - EN 301 549
 - Seção 508 do Rehabilitation Act (Estados Unidos) requisitos técnicos
 - W3C WCAG 2.0/ISO/IEC 40500 (2013) (Consulte a Seção 9)

Passo 4:

Criar consciência pública e apoio para a adoção de uma política de acessibilidade para a aquisição de TIC

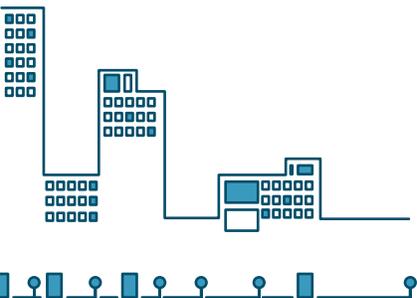


- Execute exercícios específicos de treinamento e capacitação sobre deficiências e acessibilidade de TIC para diversos gestores públicos e profissionais de TI. Considere eventos de conscientização para o público.
 - Uma abordagem claramente voltada para a formação e capacitação pode ajudar a aumentar a conscientização quanto ao número de pessoas com deficiência e a importância da acessibilidade das TIC para sua inclusão.
 - Inclua pessoas com deficiência no planejamento e execução das sessões de treinamento. Isto é consistente com os princípios fundamentais da CDPD das Nações Unidas. Um Guia para Planejar Reuniões Acessíveis é um documento de referência útil para este propósito.
 - A Seção 5.2 da Política Modelo sugere aprendizados específicos para o treinamento, tais como “o que é acessibilidade”, “como as pessoas com deficiência podem usar TIC”, “argumentos para a acessibilidade de TIC: sociedade e negócios”, “como especificar e avaliar a acessibilidade em um processo de aquisição”
- Organize reuniões com as partes interessadas da indústria, incluindo empresas registradas em plataformas de licitações.
 - Organize reuniões com a indústria e outras partes interessadas para explicar as razões do ponto de vista de negócios e de direitos humanos para a adoção de políticas de acessibilidade de TIC para aquisições (ver Seção 7 do guia, que explica a lógica e as necessidades empresariais).
 - Mostre como empresas líderes também estão adotando políticas de aquisição para gerenciar suas próprias relações com fornecedores sua cadeia de suprimentos.
 - Consulte regulamentos existentes a nível nacional ou regional tais como leis sobre pessoas com deficiência, leis antidiscriminação ou leis de acesso à informação.

Passo 5: Adotar a política modelo para integrar, na cidade, diretrizes de aquisição



- Desenvolva um cronograma para elaborar, adotar, implementar e revisar a nova política.
 - A política modelo, embora concebida para um governo, pode ser modificada para ser aplicada de maneira mais específica ao contexto de uma cidade.
 - As vozes das pessoas com deficiência podem ser cruciais para esse processo.
- Revise as principais seções do modelo de política de compras públicas de TIC e alinhe as definições.
- Estabeleça objetivos para uma política municipal e concorde com princípios amplos.
 - Destaque os seis princípios que sustentam a política modelo: não-discriminação, inclusão, acessibilidade, transparência, custo acessível e rentabilidade (Ver a Seção 3.2 da Política Modelo)
- Considere como as funções e responsabilidades seriam alocadas para o desenvolvimento e implementação de uma política de acessibilidade de TIC para aquisições municipais.
 - Consulte a Seção 4 da Política Modelo e mapeie as funções principais dos funcionários, conselhos e comitês em uma política de acessibilidade de TIC para aquisições públicas.
- Revise e considere o desempenho funcional das declarações baseado em normas globais.
 - Uma parte crucial da política de aquisições serão as normas técnicas utilizadas (Ver Seção 6 e o conjunto de Declarações de Desempenho Funcionais no Anexo A da Política Modelo). As declarações podem ser referidas diretamente [por exemplo, uso sem visão "(2.1), "com visão limitada "(2.2), " sem percepção de cor "(2.3) com o objetivo de harmonizar as declarações previstas na Seção 508 e na ETSI EN 301 549. Smart Cities for All: Guia para a Implementação de Normas Prioritárias de Acessibilidade de TICs.



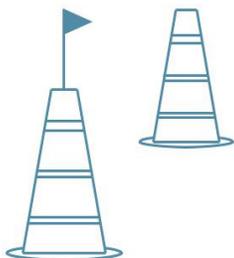


- Revise modelos de contrato e especifique a acessibilidade nos contratos.
 - Revise e adapte modelos de contrato existentes com funcionários do departamento jurídico e de contratos para ver como os requisitos de acessibilidade podem ser inseridos como uma norma, referenciando as normas globais ou a norma de acessibilidade de TIC para aquisições da cidade à medida que ela é desenvolvida (ver Seção 13).
- Revise abordagens para coletar e avaliar informações de fornecedores potenciais, incluindo a capacidade de avaliar a conformidade existente:
 - A nível de produto - de preferência dentro do contexto de uso
 - A nível da solução - ou seja, como as normas de acessibilidade serão apoiadas quando todas as partes componentes estiverem desenvolvidas e configuradas para funcionarem juntas
 - A nível de implementação: como as normas de acessibilidade serão apoiadas quando a solução estiver integrada ao sistema já existente
- Mapeie seu processo de aquisição existente seguindo os cinco passos estabelecidos na Política Modelo. Identifique lacunas e áreas a serem alinhadas, reconhecendo que em alguns aspectos importantes, como nas aquisições de TIC integradas, o processo em nível municipal pode ser diferente do que acontece em nível nacional.
- Considere o desenvolvimento de cronogramas específicos para uma série de atividades nos cinco estágios do processo de aquisição, por exemplo, tempo para criar uma aprovação, tempo para processar as isenções, etc.

Os cinco estágios de compras

- 1. Estudo preparatório** - A autoridade adjudicante investiga a capacidade do mercado (fornecedores) de fornecer o produto ou serviço necessário. Estabelece as necessidades organizacionais e de usuário para a solução de TIC a ser adquirida.
- 2. Redação do edital de licitação** - A autoridade adjudicante redige e envia aos fornecedores potenciais os detalhes precisos do produto ou serviço requerido e os termos da licitação. Durante essa fase, a autoridade de aquisição selecionará e solicitará provas que mostrem conformidade com os critérios de acessibilidade.
- 3. Avaliação das propostas** - a autoridade adjudicante avalia as respostas de cada fornecedor pelos critérios estabelecidos no edital da licitação. A avaliação pode incluir permissão de declarações próprias de conformidade, declarações próprias com provas, declarações próprias com resultados de órgãos de certificação, etc. Por exemplo, nos Estados Unidos, há Modelos Voluntários de Acessibilidade de Produto (VPATs) nos quais os fornecedores indicam que cumpriram os requisitos de acessibilidade (consulte a Seção 8).
- 4. Avaliação de entregas** - A autoridade adjudicante deve certificar-se de que os resultados satisfazem os critérios estabelecidos na licitação. Isso pode envolver, por exemplo, testes de usuários por pessoas com deficiência.
- 5. Gerenciamento de contratos** - Definir como a acessibilidade é adotada no contrato. Isso pode incluir um processo para lidar com exceções e solicitar feedback de fornecedores e usuários. Isto é relevante principalmente para a aquisição de serviços de TIC.

Passo 6: Permitir implementação em órgãos municipais



- Avalie as atuais ofertas de treinamento de acessibilidade. Identifique e priorize ofertas de formação em falta.
- Desenvolva um Plano de Treinamento em Acessibilidade para definir quem recebe o treinamento. Identifique quando e como você vai disponibilizar o novo treinamento.
- Crie e ofereça treinamento, capacitação e conscientização quanto à política, para uso de funcionários do setor público e privado. Desenvolva/obtenha/forneça recursos de treinamento em acessibilidade para atender às necessidades essenciais. Utilize os recursos de treinamento desenvolvidos e usados por outras cidades e governos para preencher lacunas sempre que possível. Desenvolva e publique um calendário de treinamento e divulgue oportunidades de treinamento para gestores e funcionários do órgão.
- Procure opções de “treinamento para instrutores” para aumentar a especialização do instrutor quando necessário.
- Tenha um registro dos funcionários que recebem treinamento.
- Solicite feedback dos funcionários sobre o treinamento para avaliar a eficácia.

Passo 7: Revisar e acompanhar a implementação da nova política de contratos públicos



- Crie um processo para acompanhamento regular (pelo menos a cada 2 anos) da política.
 - Orçamento para acompanhamento e revisão da implementação e para mudanças necessárias na política. Envolver pessoas com deficiência no monitoramento e revisão, como utilizadores finais, funcionários da cidade e cidadãos.
- Compartilhe histórias de sucesso, inclusive com outras cidades inteligentes e nos processos de monitoramento da CDPD.
 - Compartilhar inovações e avanços com o comitê da CDPD terá um reflexo positivo no relatório do país e outras cidades poderão aprender com a sua experiência. Considere a possibilidade de criar um prêmio pela inovação na acessibilidade de TICs para reconhecer como investimentos em aquisições acessíveis podem levar a uma maior inovação.

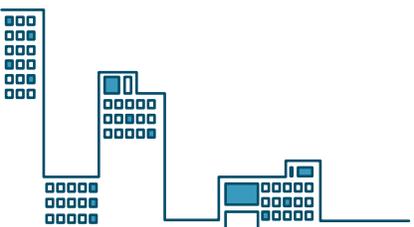
4

Conclusão

Políticas de aquisição têm uma grande influência disponível para os governos. As aquisições públicas são uma das ferramentas mais importantes e impactantes de políticas em muitas áreas, incluindo os comportamentos dos mercados, empresas individuais e as vidas dos cidadãos. Isto é especialmente verdade para pessoas com deficiência e idosos, que dependem de elaboradores de políticas para incluí-los nas decisões tomadas a respeito dos tipos de ambientes urbanos em que desejam viver e como podem acessar e utilizar todos eles.

Como os governos estão entre os maiores compradores de TIC, as aquisições públicas são especialmente importantes para garantir que a acessibilidade das TIC seja incorporada nos programas e soluções Smart City.

Já existem políticas nacionais e internacionais que podem ser diretamente adotadas pelas cidades, eliminando a necessidade de passar por longos processos de desenvolvimento para gerar novas políticas. Em vez disso, políticas nacionais e internacionais existentes podem ser adaptadas para atender efetivamente cidades individuais com os 7 passos fornecidos neste guia. Ao implementar as etapas descritas no checklist, líderes Smart City podem conscientizar seus funcionários e o público geral quanto a importância da acessibilidade das TIC e garantir que as políticas sejam postas em prática para apoiar a inclusão digital para todos.





G3ict

A Iniciativa Global para Tecnologias de Informação e Comunicação Inclusivas (G3ict, na sigla em inglês) é uma iniciativa de ativismo lançada em dezembro de 2006 pela Aliança Global das Nações Unidas para TIC e o Desenvolvimento, em cooperação com a Secretaria da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no DESA da ONU. Sua missão é facilitar e apoiar a implementação das disposições da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (CDPD), promovendo a acessibilidade digital e tecnologias assistivas. Mais informações podem ser encontradas em <http://g3ict.org/>



World Enabled

A World Enabled é um grupo global de consultoria em educação, comunicação e estratégia. Apoiamos empresas e governos com a plena implementação dos mandatos legais que promovem os direitos das pessoas com deficiência. Nossas iniciativas de trabalho e pesquisa concentram-se no planejamento e desenvolvimento urbano inclusivos. Com nossos parceiros internacionais, construímos sociedades inclusivas onde as pessoas com deficiência desenvolvem plenamente os seus talentos e potenciais. Mais informações podem ser encontradas em <http://worldenabled.org/>

Team Bios

Esta iniciativa é liderada por James Thurston, vice-presidente da G3ict, e pelo Dr. Victor Pineda, Presidente da World Enabled. Tanto James quanto Victor são especialistas globais proeminentes e estão comprometidos com a construção de uma ampla coalizão para garantir que pessoas com deficiência usufruam igualmente dos incríveis avanços das Smart Cities.



O Dr. Victor Santiago Pineda é o presidente da World Enabled. Ele também atua como presidente da Aliança Global sobre Tecnologias e Ambientes Acessíveis (GAATES). O Dr. Pineda é um líder reconhecido em direitos internacionais dos deficientes e foi nomeado pelo Presidente dos Estados Unidos Barak Obama para o Architectural and Transportation Barriers Compliance Board. Ele leciona planejamento de cidades na Universidade da Califórnia, Berkeley. Recebeu inúmeros prêmios, incluindo uma concessão de pesquisa pela National Science Foundation (NSF), um Fulbright-Hays Scholarship e o prêmio AAPD

Paul G. Hearne Leadership Award. Pineda possui B.A., B.S. e M.C.P. pela Universidade da Califórnia, Berkeley e Ph.D. pela Universidade da Califórnia, Los Angeles.



James Thurston es un líder de política tecnológica internacionalmente reconocido. Como Vicepresidente de G3ict para Estrategia Global y Desarrollo, dirige el diseño e implementación de nuevos programas para aumentar el impacto global de G3ict. Ha servido como asesor de los líderes gubernamentales de alto rango en Estados Unidos y en el extranjero sobre política tecnológica, derechos humanos e inclusión digital. Tiene experiencia aplicando tecnología y políticas públicas a importantes desafíos sociales y económicos. Tiene amplia experiencia en política y administración en los sectores público y privado y en niveles de gobierno federal, estatal e internacional. Antes de unirse a G3ict, el Sr. Thurston fue Director de Política de

Accesibilidad Internacional de Microsoft, donde desarrolló y ejecutó una estrategia mundial para expandir el alcance de la compañía en temas de discapacidades y tecnologías. El Sr. Thurston tiene una Maestría en Administración Pública y una Maestría en Estudios Europeos del Este de la Universidad de Washington, así como un BA en Asuntos Internacionales de la Universidad de Maine.

Recursos da Smart Cities for All

Visite www.smartcities4all.org
e baixe outras ferramentas.

Contato:
info@smartcities4all.org



Smart Cities for All

